




# Observatório da Oposição 2025

17 DE MARÇO · RELATÓRIO SEMANAL Nº 81



## Desespero de Lula: A multiplicação de medidas irresponsáveis na tentativa de resgatar popularidade

SENADOR  
**ROGÉRIO  
MARINHO**

SENADOR ROGÉRIO MARINHO  
LIDERANÇA DA OPOSIÇÃO NO SENADO FEDERAL  
ANEXO II, ALA FILINTO MULLER, GABINETE 6 - TEL.: (61) 3303 1221

**EVAIR  
DE MELO**

DEPUTADO FEDERAL  
VICE-LÍDER DA OPOSIÇÃO

A wide-angle photograph of the National Congress Building in Brasília, Brazil, featuring the iconic twin towers and the large white dome. The building is reflected in a pool of water in the foreground. The sky is a clear, bright blue.

## SÍNTESE

O Relatório Semanal do Observatório da Oposição é uma publicação periódica com análises das principais movimentações dos órgãos públicos federais na última semana. Seu objetivo é monitorar as ações dos três Poderes e subsidiar os senadores da oposição quanto aos temas mais sensíveis prejudiciais ao País.

**EVAIR**  
DE MELO

DEPUTADO FEDERAL  
VICE-LÍDER DA OPOSIÇÃO



# PRIORIDADES DA SEMANA

1

## ECONOMIA

Página

Desespero de Lula: A multiplicação de medidas irresponsáveis na tentativa de resgatar popularidade

01

2

## TRABALHO E EMPREGO

Armadilha do crédito fácil: O consignado que hipoteca o futuro do trabalhador

10

3

## COMUNICAÇÃO

BB e CEF retomam gastos publicitários em mídias ligadas ao PT

15

4

## MEIO AMBIENTE

Lula e Ibama: Um jogo de contradições e ideologias

24

Contratação de Organização Internacional para a COP30:  
Conflito com Diretrizes do TCU e Riscos de Irregularidades

29

5

## AGRO

Lula reforça aliança com ditadura de Maduro em acordo agroalimentar sem garantias para o Brasil

37

6

## CULTURA

Lula reforça aliança com ditadura de Maduro em acordo agroalimentar sem garantias para o Brasil

42

## 1

## ECONOMIA

## Desespero de Lula: A multiplicação de medidas irresponsáveis na tentativa de resgatar popularidade

*Governo elege duas medidas populares para reverter severa perda de apoio, mas ignora possíveis riscos*

### Introdução

Com a queda de popularidade constante da atual gestão, a estratégia do governo Lula tem sido marcada por medidas que buscam reverter essa queda por meio de ações de grande apelo eleitoral. Nesse cenário de descontentamento crescente, a administração federal tem se mostrado disposta a adotar pautas que anteriormente ignorava ou rejeitava, como mostra a recente guinada em direção à defesa da PEC nº 8/2025, que altera a escala de trabalho 6x1. Isso já ilustra esse movimento de adaptação do discurso, mesmo que em detrimento da coerência interna do próprio governo.



*Desfile do 7 de setembro com Lula (2024).*

Essa estratégia também se reflete na proposta de isenção do Imposto de Renda (IR) para contribuintes que recebem até R\$ 5.000 mensais, uma das principais bandeiras do governo para recuperar apoio popular. A iniciativa, apesar de seu apelo imediato, ignora completamente as limitações fiscais do país e evidencia a tendência do governo de subestimar despesas e minimizar impactos orçamentários.

O histórico recente reforça essa percepção: projeções fiscais equivocadas, medidas paliativas e uma constante busca por soluções de curto prazo que garantam capital político, mas que podem comprometer a sustentabilidade econômica do país.

Diante disso, este documento analisa criticamente essas iniciativas, destacando os impactos econômicos, a inconsistência na postura governamental e os riscos fiscais envolvidos. Como exemplos, falamos da recente defesa do fim da escala 6x1 e a proposta de isenção do IR.



Fonte: [Estadão](#).

## A PEC 6x1 e a postura adaptável do governo

Desde o início, destacamos o oportunismo político em torno do tema, conforme demonstrado minuciosamente no [Relatório nº 73](#), de 18 de novembro de 2024. O súbito engajamento do governo na PEC nº 8/2025, cerca de 6 meses após o início da coleta de assinaturas, se deu quando o governo Lula percebeu a necessidade de se desvincular de pautas identitárias e resgatar sua popularidade declinante.



Com a mudança na direção da direita conservadora em vários países, incluindo os Estados Unidos e Argentina, o governo passou a necessitar de uma pauta com algum lastro trabalhista - segmento em que perde cada vez mais popularidade.

Assim, **abraçou o tema** que estava nos escaninhos da Câmara dos Deputados, desfazendo de posicionamentos dos seus próprios ministros e até mesmo deixando para segundo plano o papel dos sindicatos na condução das negociações de redução de jornada.

O maior exemplo de vai e vem opinativo veio do Ministro do Trabalho, **Luiz Marinho**. Inicialmente, o ministro era contrário à PEC 6x1 por entender que a redução da jornada deveria vir por meio de acordo coletivo. Após ser criticado nas redes sociais, sua opinião mudou radicalmente, como mostrado abaixo:

<b>Postura inicial</b> 11/11/2024	<b>Após repercussão negativa</b> 14/11/2024
<p>“o Ministério do Trabalho entende que a questão da escala de trabalho 6x1 deve ser tratada em <b>convenções e acordos coletivos de trabalho</b>. A pasta considera, contudo, que a redução da jornada para 40h semanais é plenamente possível e saudável, <b>quando resulte de decisão coletiva.</b>”</p>	<p>“Acabar com a escala de trabalho de 6X1, como fizemos nos metalúrgicos, é fundamental. Portanto, é uma luta - em todas as suas formas, que sempre terá o meu apoio. <a href="#">#6x1</a>  <a href="#">#fimdaescala6X1</a>  <a href="#">#FIMDAJORNADA6X1</a>”</p>
<p style="text-align: center;"><a href="#">Link</a></p>	<p style="text-align: center;"><a href="#">Link</a></p>

Apesar de sua discreta presença nas redes sociais, sua postagem “mudando de ideia” gerou um impacto significativo, com 3.700 comentários e 1,7 milhão de visualizações, grande parte negativa. Dois dias depois, a deputada autora da PEC foi recebida no Palácio do Planalto para discutir a proposta. Com assinaturas suficientes para sua tramitação, **Marinho realmente mudou sua postura, saindo da defesa dos sindicatos e acordos coletivos para um apoio direto à PEC.**



De forma curiosa, o mesmo ministro enviou, em março de 2024, um Projeto de Lei Complementar voltado aos **motoristas de aplicativos**. Nele, propôs um período máximo de **12 horas diárias** de conexão do trabalhador a uma única plataforma. Na exposição de motivos, o ministro argumenta que a medida reforça “não apenas os direitos trabalhistas, mas também os valores de solidariedade, justiça e dignidade que fundamentam nossa sociedade”.

Já o Ministro da Indústria, Comércio e Serviços, o vice-presidente Geraldo Alckmin, antes mesmo de buscar colher a opinião do setor, classificou o assunto como “tendência mundial”. Ao ser questionado por jornalistas se a proposta preocupa o empresariado e as indústrias, disse que “esse é um debate que cabe à sociedade e ao Parlamento”, afirmando que o governo ainda não teria discutido o assunto. Alguns dias depois, no dia 14/11 - mesmo dia em que Marinho “mudou” de opinião -, defendeu com ainda mais ênfase a proposta em suas redes sociais.

Por fim, o Ministro do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, Márcio França, resolveu mostrar a fatura para o contribuinte. Em [entrevista ao site Poder360](#), disse que o governo deveria **criar subsídios para compensar uma eventual redução de jornada de trabalho**, especialmente para os empresários de menor porte.

Para ele “só tem um jeito de fazer isso, com o **governo cobrindo essa parte** desse plus. Não está se supondo que o empresário vai tirar do recurso dele e arrumar mais um empregado para poder colocar”.

A posição adaptável dos ministros, portanto, revela uma **tentativa de capitalizar politicamente em um tema sensível**, mas que ainda carece de clareza quanto aos impactos econômicos e às medidas concretas de compensação. Por isso, a oposição levantou diversas perguntas ainda não respondidas pelos defensores da PEC e que devem ser sanadas para que o impacto sobre a população não seja negativo:

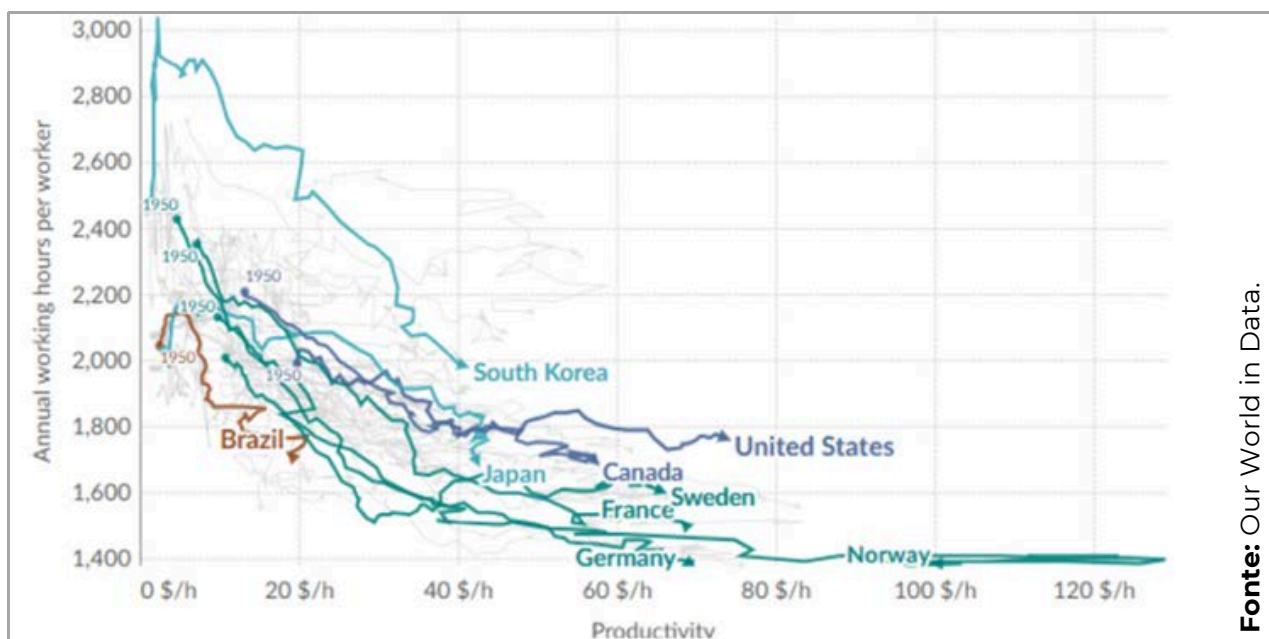
## Perguntas que a PEC não responde:

- Existem estudos que estimam o **impacto nos pequenos negócios**, especialmente comércio e serviços? Qual o aumento de custos das empresas? Quanto será **repassado ao consumidor**?
- Considerando que as micro e pequenas empresas são responsáveis por mais de 50% dos empregos formais no setor privado e que essas mesmas empresas possuem margem de lucro reduzida - com uma a cada quatro fechando antes de completarem 2 anos do mercado - qual o impacto da escala 4x3 nos **pequenos negócios**?
- Considerando que a **informalidade** no Brasil é cerca de **40%** do mercado de trabalho, qual a garantia de que a PEC não aumentará a informalidade?
- Considerando que nas regiões norte e nordeste muitos **estados possuem 60 ou 70%** de informalidade, qual o impacto da PEC nas regiões mais pobres e no desenvolvimento regional?
- Haverá repasse para **aumento dos preços**, sobretudo dos setores intensivos em mão de obra?
- Se a reforma tributária recém aprovada onera, reconhecidamente mais, o **setor de serviços**, a escala 4x3 elevará ainda mais os custos desse setor. Quantas empresas serão fechadas?
- Quais países **impõem** a escala 4x3 universalmente? Houve levantamento a respeito da experiência internacional a respeito desse assunto?
- Quem se beneficiará mais? Trabalhadores mais qualificados ou menos qualificados? Quais processos tendem a ser substituídos ou automatizados, os de **maior ou os de menor qualificação**?
- Quantos empregos serão **gerados ou destruídos** por essa PEC? Em que setores e regiões?
- Os trabalhadores que forem **demitidos** serão **treinados** e obterão **qualificação**? Quais projetos de qualificação de trabalhadores serão lançados?
- Qual o custo de **treinar e qualificar** 10, 20 ou 30% dos trabalhadores que perderem seus empregos com a PEC? O governo arcará com isso? A sociedade pagará com, ainda mais, impostos? Ou será um custo a mais para as empresas?



- Atualmente a PEC prevê entrada em vigor após **360 dias. Esse prazo é suficiente?** Qual o critério de escolha?
- Em caso de aumento do desemprego, existirá alternativa para as empresas e para o Congresso Nacional? Ou apenas desfazer a PEC?
- Os **serviços públicos** (de educação e saúde) serão prestados em menos dias da semana?
- Caso se mantenham os serviços públicos, haverá **impacto fiscal na contratação de mais servidores?** Como isso afetará estados, municípios e a União? Qual aumento de carga tributária é esperado?
- Haverá a restrição para os trabalhadores autônomos, tais como motoristas de aplicativos? Eles perderão renda em caso de imposição irrestrita?

Por fim, é importante contextualizar que a experiência internacional não é de soluções baseadas em canetadas na lei. O Brasil é um país de altíssima informalidade, em que cerca de 40% dos ocupados não são alcançáveis por qualquer legislação. Além disso, os países que reduziram o número de horas trabalhadas o fizeram por meio de ganhos de produtividade de suas economias.



**Figura 1** – Vendo os fatos: no mundo, quem reduziu horas trabalhadas o fez aumentando a produtividade – Número de horas trabalhadas e produtividade do trabalho: 1950 a 2019.

Atualmente, como se sabe, o [Brasil anda de lado em termos desse indicador](#). O que equivale a afirmar que ao não se permitir que os setores econômicos promovam acordos e convenções coletivas que reduzam as horas de trabalho no compasso desses ganhos, o aumento de custos e, por consequência da inflação, serão resultados muito prováveis.



## Isenção do IR para ganhos de até R\$ 5.000

A proposta de isenção do Imposto de Renda (IR) para contribuintes com rendimentos de até R\$ 5.000 mensais foi escolhida como uma das medidas centrais para resgatar a popularidade do presidente Lula. [O anúncio oficial está previsto para 18 de março](#). No entanto, a viabilidade da proposta esbarra em um custo fiscal significativo, cuja magnitude vem sendo sistematicamente subestimada pelo governo.

Em 2024, o governo estimava que o impacto da isenção seria de R\$ 35 bilhões. Em 2025, a projeção da Fazenda foi revisada para R\$ 25 bilhões, sem a devida justificativa para essa redução. Paralelamente, cálculos de agentes independentes indicam um custo muito superior: a Warren Investimentos estima [R\\$ 45,8 bilhões](#), enquanto a Unafisco aponta um impacto de pelo menos [R\\$ 51 bilhões](#). Essas discrepâncias sugerem que o governo pode estar distorcendo a realidade fiscal para viabilizar politicamente a medida.

Essa prática não é isolada. O governo tem reiteradamente superestimado receitas e subestimado despesas, [um padrão evidenciado pelo episódio do CARF](#). Nesse caso específico, projetou-se uma arrecadação de R\$ 55,6 bilhões, mas o montante efetivo arrecadado foi de apenas R\$ 307 milhões. Mesmo diante desse erro monumental, o governo insistiu em uma projeção inflada de R\$ 28,6 bilhões para 2025 no PLOA, demonstrando a insistência em cálculos excessivamente otimistas.

O cenário fiscal brasileiro já é alarmante. A Ministra do Planejamento, Simone Tebet, alertou que, em 2027, qualquer governo enfrentará um quadro fiscal inviável sob as atuais regras. Em suas palavras:



*“Chegou o momento que em 2027, seja quem for o próximo presidente da República, não governa com esse arcabouço fiscal, com essas regras fiscais, sem gerar inflação, dívida pública e detonar a economia.”*

**Ministra do Planejamento, Simone Tebet, em [entrevista](#) à GloboNews.**

### **Ora, se já se sabe que as contas públicas não resistirão ao governo petista, por que se aposta em mais perda de arrecadação para fins eleitorais?**

A perda de arrecadação decorrente da isenção pode ser ainda maior do que o previsto. O risco de que as medidas compensatórias sejam insuficientes para cobrir a renúncia fiscal é elevado, o que pode gerar um efeito cascata sobre a confiança dos agentes econômicos e sobre o custo da dívida pública. Esse tipo de populismo tributário já se mostrou catastrófico em outros países.

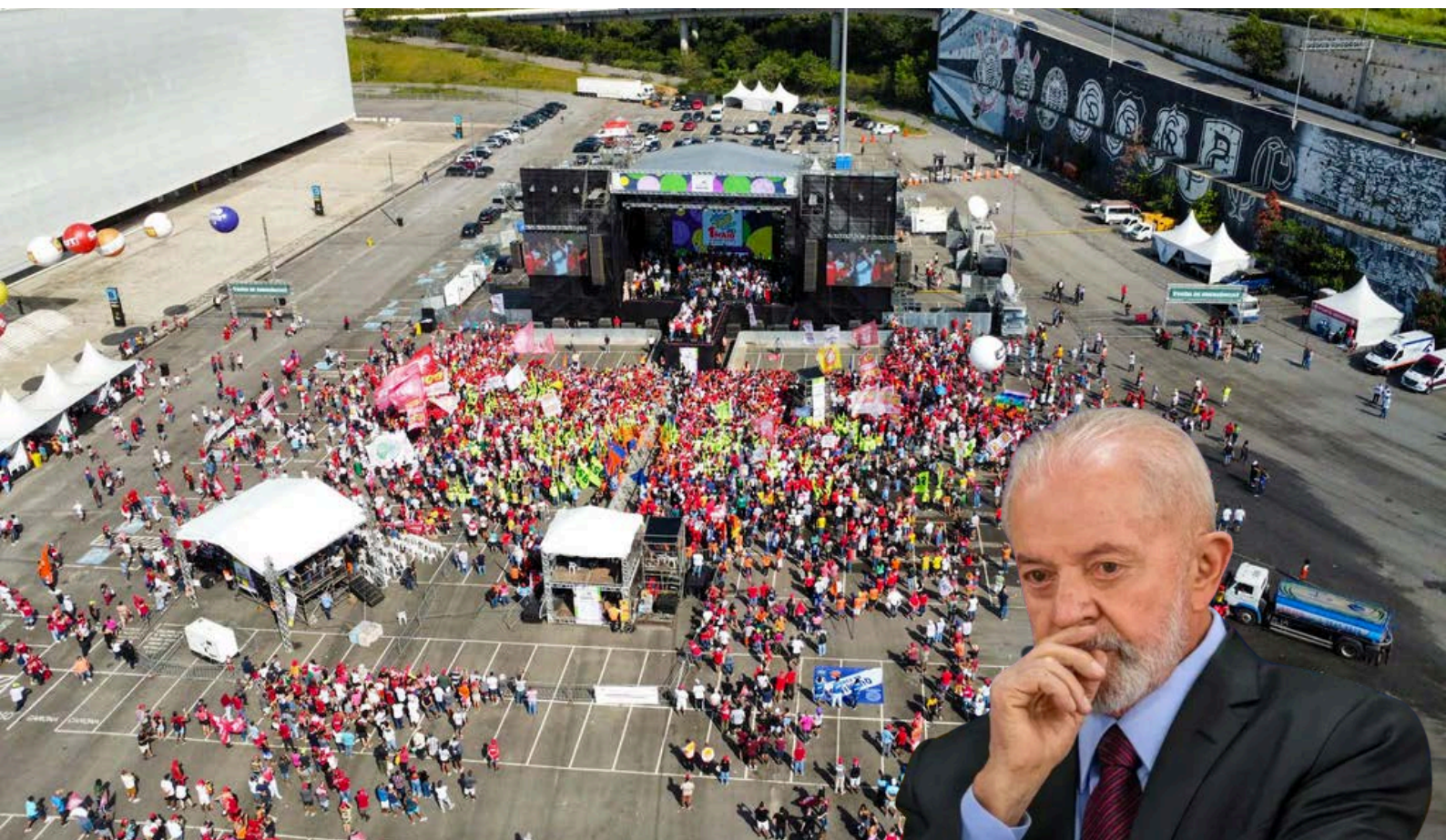
[Um dos exemplos mais emblemáticos](#) foi o colapso do plano econômico do Reino Unido em 2022, sob o breve governo de Liz Truss. A então primeira-ministra anunciou cortes de impostos sem indicar medidas compensatórias. O resultado foi imediato: os juros dos títulos públicos dispararam, a libra esterlina despencou para níveis históricos, e a crise fiscal se intensificou a ponto de levar à renúncia de Truss em apenas 45 dias.

Outro exemplo relevante ocorreu na Itália entre 2018 e 2020, quando o governo populista de Giuseppe Conte e Matteo Salvini reduziu impostos sem contrapartidas adequadas. O déficit público disparou, [levando a conflitos com a União Europeia](#) e forçando renegociações fiscais. Como consequência, a economia italiana entrou em recessão, o desemprego aumentou e programas sociais tiveram de ser cortados.



Diante disso, é imperativo questionar a real prioridade da isenção do IR diante do cenário tributário brasileiro. O país caminha para ter a maior alíquota de IVA do mundo, um imposto regressivo que penaliza desproporcionalmente as classes mais baixas. A Emenda Constitucional nº 132/23 (Reforma Tributária) já abre espaço para que tributações mais progressivas sejam implementadas, reduzindo o peso sobre os mais pobres sem comprometer a arrecadação. Portanto, as medidas compensatórias poderiam ser usadas para reduzir a alíquota do IVA e tirar esse peso da população brasileira.

Ao invés de atacar a estrutura tributária de forma equitativa, o governo opta por medidas de curto prazo com elevado apelo popular, ignorando os impactos estruturais sobre a economia. Por isso, a aposta do governo se dá em medidas extremamente populares em um cenário de profundo descontentamento da população com a gestão petista.





## 2 TRABALHO E EMPREGO

# Armadilha do crédito fácil: O consignado que hipoteca o futuro do trabalhador

*O novo 'Programa Crédito do Trabalhador' é uma ameaça velada ao FGTS, a rescisão e a estabilidade financeira de milhões de brasileiros.*

O governo federal assinou, no dia 12 de março, medida provisória (MP) que cria o 'Programa Crédito do Trabalhador', prometendo facilitar o acesso e reduzir as taxas de juros do empréstimo consignado para mais de 47 milhões de trabalhadores formais, atingindo trabalhadores reais, domésticos e empregados de MEI (microempreendedor individual). O texto da MP precisará ser aprovado pelo Congresso Nacional, em até 4 (quatro) meses, para se transformar em lei federal e seguir valendo.



No entanto, essa iniciativa pode se tornar armadilha para os trabalhadores brasileiros, isso porque embora a proposta se apresente como solução para o acesso ao crédito, ela esconde riscos substanciais que podem impactar negativamente a vida dos trabalhadores e a economia brasileira. Espera-se, aumento da vulnerabilidade financeira da população, pressão inflacionária e novos aumentos da taxa de juros pelo Banco Central, em função de uma política de crédito expansionista e contraditória ao momento contracionista conduzido pelo Banco Central, mas em completo descompasso com a política fiscal.

## Riscos do empréstimo consignado - Garantia do FGTS e da rescisão

O empréstimo consignado é um tipo de crédito em que as parcelas são descontadas diretamente da folha de pagamento do trabalhador. Isso pode parecer uma opção conveniente, mas oferece riscos.

Especificamente, no novo Programa Crédito do Trabalhador, os valores do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS e da rescisão contratual são utilizados como garantia e forma de pagamento do empréstimo.

Importante pontuar que o FGTS fora criado para proteger o trabalhador demitido sem justa causa, proporcionando-lhe um suporte financeiro durante o período de desemprego. Porém, ao permitir que parte desses recursos seja utilizada para quitar empréstimos, pode-se desviar a finalidade original do fundo. Isso porque compromete-se a segurança financeira do trabalhador justamente no momento em que ele mais necessita de proteção.

O trabalhador que aderir ao crédito consignado poderá utilizar até 10% do saldo do FGTS como garantia do empréstimo, e em caso de demissão sem justa causa, até 100% da multa rescisória (40% do saldo do FGTS) também será utilizada para quitar a dívida. Essa dinâmica impõe riscos ao trabalhador, por exemplo:

- ▶ **Comprometimento do Patrimônio:** Ao utilizar o FGTS como garantia, o trabalhador compromete um patrimônio que deveria ser destinado à sua segurança financeira em momentos de dificuldade, como o desemprego ou por ocasião da compra da casa própria.
- ▶ **Perda da Proteção em Caso de Demissão:** Em caso de demissão sem justa causa, o trabalhador perde o direito de utilizar a multa rescisória



para se reestruturar financeiramente, pois o valor será destinado ao pagamento da dívida.

- ▶ **Risco de Endividamento Prolongado:** Caso o valor da rescisão não seja suficiente para quitar a dívida, o trabalhador continuará endividado, mesmo após perder o emprego, além de negativado e impedido de obter novos créditos.

Além dos riscos relacionados ao FGTS e à rescisão, o trabalhador que adere ao crédito consignado está exposto a outras armadilhas:

- ▶ **Endividamento Excessivo:** A facilidade de acesso ao crédito pode levar o trabalhador a contrair dívidas que comprometam seu orçamento familiar.
- ▶ **Descontrole Financeiro:** O desconto automático das parcelas na folha de pagamento sugere falsa sensação de segurança.
- ▶ **Dificuldade de Renegociação:** Em caso de dificuldades financeiras, o trabalhador pode ter dificuldades para renegociar a dívida, pois o FGTS e a rescisão já estão comprometidos.

## Impulso inflacionário na economia brasileira

O consumo excessivo, impulsionado pelo crédito fácil, pressiona a inflação e força a política monetária a ser ainda mais restritiva, com novos aumentos da taxa de juros e desequilíbrio nas contas públicas. Ou seja, novos aumentos de juros praticados pelas reuniões do Copom.

Além disso, a fragilidade financeira dos trabalhadores pode levar a um aumento da inadimplência, afetando a saúde do sistema financeiro e restringindo a oferta de crédito para outros setores da economia. O aumento do endividamento da população pode ter um efeito dominó na economia brasileira. **Segundo estimativas da Federação Brasileira de Bancos (Febraban) o saldo do consignado privado deve triplicar no novo formato, chegando a cerca de R\$ 120 bilhões.**

FGTS  
FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO

## A liberdade do trabalhador

A vinculação do FGTS e da multa rescisória ao pagamento do empréstimo consignado gera uma dependência preocupante do trabalhador em relação ao emprego. Tal situação pode forçá-lo a tolerar condições de trabalho inadequadas, abusivas ou insatisfatórias, sob o receio das consequências financeiras de uma possível demissão. Essa dinâmica agrava a disparidade de poder entre empregadores e empregados, restringindo a liberdade de escolha do trabalhador no mercado de trabalho e afetando negativamente sua autonomia profissional.

## Saque-aniversário e a armadilha do consignado

A proposta de utilizar o FGTS como garantia no crédito consignado é apresentada como uma alternativa ao saque-aniversário, mas esconde uma armadilha perigosa. Ao comprometer o saldo do FGTS, o trabalhador perde a proteção financeira em caso de demissão ou necessidade de recursos para a compra da casa própria. A sensação de liberdade proporcionada pelo saque-aniversário é substituída por uma dívida de longo prazo, que pode se tornar um fardo pesado em momentos de dificuldade.

## A quem interessa o crédito consignado?

É fundamental questionar quem realmente é o beneficiário da expansão do crédito consignado. Enquanto os trabalhadores são atraídos pela falsa promessa de crédito fácil, os bancos e instituições financeiras lucram com a cobrança de juros e taxas. O governo, por sua vez, pode buscar impulsionar o consumo e a atividade econômica no curto prazo, mas ignora os riscos de longo prazo para a população e para a economia.

## O governo deve proteger o trabalhador

O governo tem a responsabilidade de proteger o trabalhador e garantir a sustentabilidade da economia brasileira. No entanto, a medida provisória que cria o 'Programa Crédito do Trabalhador' levanta sérias preocupações.

Em vez de investir em educação financeira e medidas que promovam a responsabilidade fiscal, o governo optou por uma solução de crédito fácil. Como consequência e assim como em outras gestões petistas, pode haver aumento do endividamento e da inflação. A busca incessante por aumentar

a popularidade de Lula ignora os riscos de longo prazo e compromete a segurança financeira dos trabalhadores brasileiros.

Há menos de dois anos da eleição, seria fundamental o governo priorizar a reformulação do já decrépito arcabouço fiscal, como sentenciada pela fala da Ministra do Orçamento, [Simone Tebet](#). Ao forçar o crescimento econômico pela via do aumento do consumo, sem ganhos de produtividade, a colheita novamente será percebida pelos indicadores de inflação fora da meta, câmbio elevado e juros pressionados. Assim como no passado, uma receita de uma nova recessão.





## 3

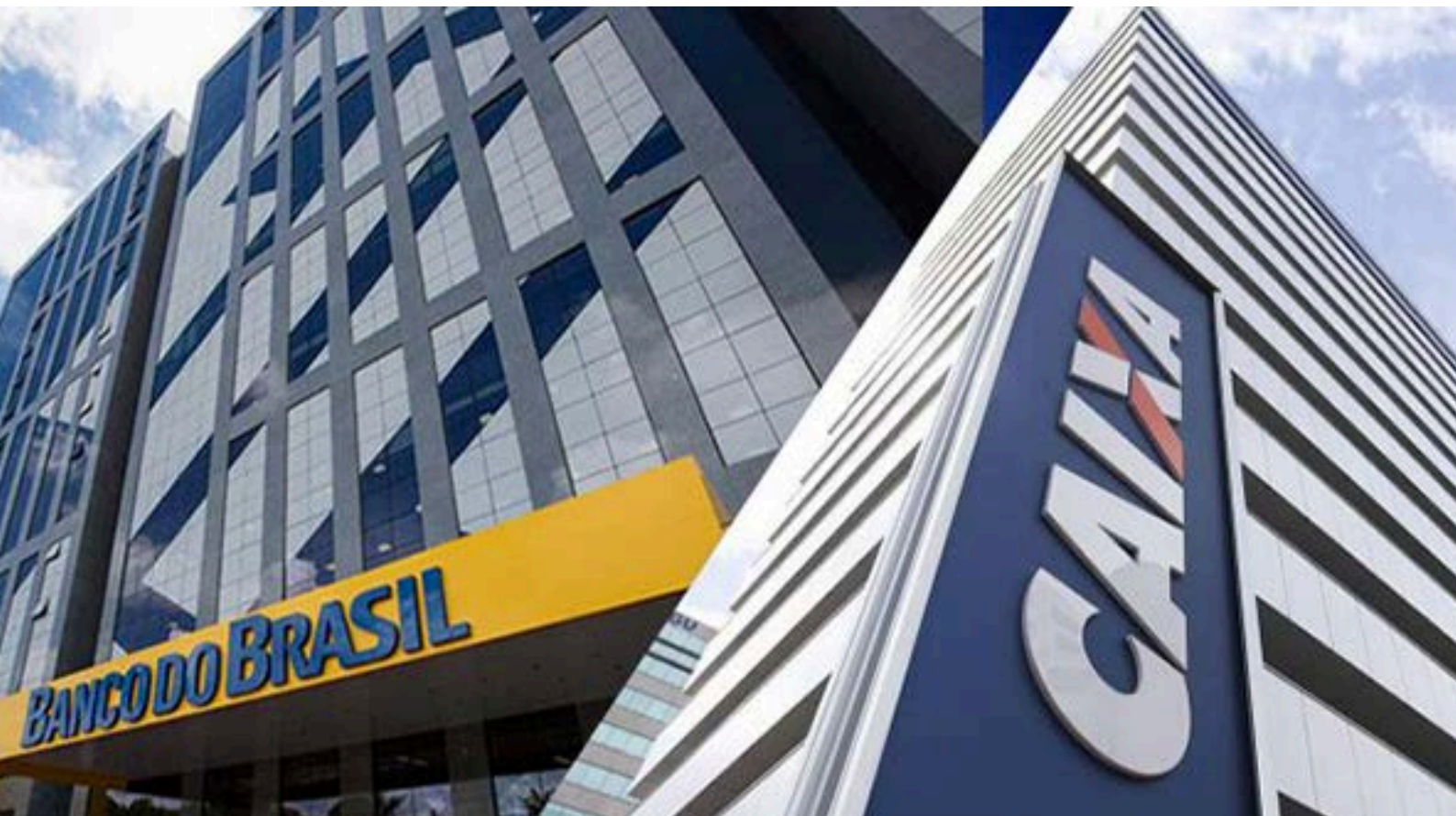
## COMUNICAÇÃO

## BB e CEF retomam gastos publicitários em mídias ligadas ao PT

*Os beneficiados são veículos de mídia alinhados ao governo, como Brasil 247, Opera Mundi, DCM, Carta Capital e GGN.*

### Contexto

- Segundo levantamento do jornal [Folha de São Paulo](#), a retomada dos investimentos publicitários do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal em veículos de mídia alinhados ao governo Lula marca uma mudança em relação às administrações de Michel Temer e Jair Bolsonaro, que haviam interrompido esses contratos. Entre os sites contemplados estão Brasil 247, Opera Mundi, DCM, Carta Capital e GGN.



- A Secretaria de Comunicação (Secom) da Presidência da República exerce influência na seleção dos veículos beneficiados. A Caixa Econômica Federal não divulgou os critérios adotados para a escolha, enquanto o Banco do Brasil justificou suas contratações com base nos princípios de "eficiência e transparência". Ademais, não foram especificados os valores pagos a cada veículo.
- Esses investimentos priorizam certos grupos de comunicação, o que impacta a pluralidade informativa e levanta questionamentos sobre os critérios utilizados na distribuição desses recursos.

## Análise

- A recente retomada de investimentos publicitários por meio de empresas estatais, como o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal, em veículos de mídia alinhados ao governo, suscita preocupações relevantes no campo jurídico-administrativo. A análise dessa prática deve se apoiar nos princípios constitucionais da administração pública, como legalidade, impessoalidade, publicidade e eficiência.
- A escolha de veículos de comunicação alinhados ideologicamente ao governo federal nas contratações publicitárias de estatais pode caracterizar violação do princípio da impessoalidade, previsto no artigo 37 da Constituição, especialmente, caso os critérios técnicos, como audiência e relevância informativa, não sejam priorizados pelas estatais contratantes.
- A falta de transparência nos critérios e na divulgação dos valores pagos também comprometem o princípio da publicidade, essencial para o controle social e a boa gestão dos recursos públicos. A ausência de dados detalhados sobre os investimentos dificulta a fiscalização e enfraquece a confiança da sociedade na administração pública, conforme pode ser verificado nas Figuras de 1 a 4, abaixo.



Figura 1 - [Modelo do relatório do Banco do Brasil](#) demonstrando os fornecedores e veículos contratados, sem discriminar valores.

Banco do Brasil S.A	
Diretoria Marketing e Comunicação	
Execução Contratual de Publicidade - Fornecedores e Veículos	
Mês	
02/2024	
CNPJ/CPF	Nome Empresarial
00.001.172/0008-56	SA CORREIO BRAZILIENSE
01.109.184/0004-38	UNIVERSO ONLINE S/A
01.244.920/0001-18	REDE MS INTEGRACAO DE RADIO E TELEVISAO LTDA
01.385.423/0001-30	REDE NOVO TEMPO DE COMUNICACAO
01.652.823/0001-64	SISTEMA CRISTAL DE COMUNICACAO LTDA

Figura 2 - [Modelo do relatório do Banco do Brasil](#) demonstrando gastos com publicidade por natureza do serviço, em padrão genérico e inespecífico no que tange aos valores recebidos por cada fornecedor.


Banco do Brasil S.A	
Diretoria Marketing e Comunicação	
Execução Contratual de Publicidade - Valores Pagos (Serviços/Meios)	
Mês	
01/2024	
Natureza do Serviço	Valor
VEICULAÇÃO/Digital Out of Home	492.165,30
VEICULAÇÃO/Internet	15.296.000,65
VEICULAÇÃO/Jornal	21.865,54
VEICULAÇÃO/Out of Home	1.407.138,92
PRODUÇÃO	4.429.831,88
VEICULAÇÃO/Rádio	262.667,44
VEICULAÇÃO/Revista	365.879,53
VEICULAÇÃO/TV Aberta	18.934.991,16
VEICULAÇÃO/TV Fechada	1.337.715,68
Qtde Registros: 9	

Figura 3 - [Modelo do relatório da Caixa Econômica](#) demonstrando os fornecedores e veículos contratados, sem discriminar valores.

FORNECEDORES - DEZEMBRO 2024		CNPJ
182 DIGITAL LTDA		34.643.962/0001-80
A GAZETA DO ESPIRITO SANTO RADIO E TV LTDA		27.063.726/0001-20
A S G SERVICE LTDA		50.140.077/0001-35
ABRIL COMUNICACOES S/A		44.597.052/0001-62



Figura 4 - **Modelo do relatório da Caixa Econômica** demonstrando gastos com publicidade por natureza do serviço, em padrão genérico e inespecífico no que tange aos valores recebidos por cada fornecedor.



Custos DEZEMBRO/2024		BINDER	CALIA	PROPEG
TELEVISÃO	ABERTA	R\$ 2.849.045,21	R\$ 12.122.775,35	R\$ 17.496.224,37
	FECHADA			R\$ 101.639,34
	MERCHANDISING		R\$ 118.500,00	
CINEMA			R\$ 586.716,76	
RÁDIO		R\$ 916.348,13	R\$ 747.544,83	R\$ 717.803,64
REVISTA		R\$ 109.915,81	R\$ 144.714,62	
JORNAL		R\$ 370.528,42	R\$ 389.205,00	
INTERNET		R\$ 8.341.996,78	R\$ 6.230.126,00	R\$ 3.688.091,71

- Deve-se frisar ainda que o favorecimento financeiro de veículos de comunicação alinhados ao governo configura uma medida que prejudica a concorrência eleitoral, criando um desequilíbrio no campo político. Ao destinar recursos públicos a meios de comunicação favoráveis à gestão vigente, o governo proporciona uma vantagem irregular sobre seus adversários, que não têm acesso a tais benefícios. Esse tipo de alocação de verbas pode ser interpretado como uma espécie de recurso partidário, pois fortalece a propaganda governamental e enfraquece a oposição, comprometendo a equidade do processo eleitoral e colocando os concorrentes em situação de desvantagem.



**Brasil 247 - A cobertura do portal sobre o presidente Lula destaca predominantemente suas ações e as do PT, enfatizando conquistas e realizações, sem apresentar críticas ou contrapontos significativos.**



#### BRASIL

**Novo presidente do PT, Humberto Costa garante Lula candidato em 2026 e defende aliança com o Centro**

O senador foi escolhido para um mandato-tampão na presidência do PT e diz que não permanecerá no cargo após as eleições internas, em julho



#### MÍDIA

**Helena Chagas critica má vontade da mídia diante do 'Pibão' de Lula**

Jornalista destacou retomada econômica brasileira no governo Lula: "a turma pode até estar de mau humor, mas na hora de votar isso pesa, e muito"



#### 247 EN ESPAÑOL

**Lula celebra el crecimiento del PIB del 3,4% en 2024: 'más empleo e ingresos para los brasileños'**

El presidente repite lo que ha sido su mantra en los últimos meses: "2025 es el año de la cosecha"

**Opera Mundi - o conteúdo publicado pelo Opera Mundi apresenta recorrentes menções ao PT, sugerindo uma linha editorial alinhada às pautas do partido e uma proximidade com o Instituto Perseu Abramo.**

#### OPERA MUNDI

## PT, 43 anos de história: Valter Pomar no 20 Minutos

Dirigente petista conversa com Breno Altman sobre a trajetória do Partido dos Trabalhadores desde sua fundação, há exatos 43 anos; veja vídeo na íntegra

Redação Opera Mundi

São Paulo

10 de fevereiro de 2023, às 19:15

Nos siga no

Google News

Ouvir Notícia

#Apoie



Para uma entrevista sobre a trajetória do Partido dos Trabalhadores, o jornalista Breno Altman recebeu no programa *20 MINUTOS* desta sexta-feira (10/02) o dirigente petista, historiador e professor de Relações Internacionais na Universidade Federal do ABC Valter Pomar.

Há 43 anos, o PT era fundado, em 10 de fevereiro de 1980. E para Pomar, a principal emergência, na época, e que levou à criação do partido e ao domínio da esquerda brasileira, "foi uma onda de lutas da classe trabalhadora contra a ditadura militar".

OPERA **MUNDI**

# Da esperança à realidade: 45 anos do Partido dos Trabalhadores

PT protagonizou a luta pela redemocratização nos anos 80 e se consolidou como a principal força política da esquerda brasileira nas décadas seguintes

Estevam Silva

São Paulo

10 de fevereiro de 2025, às 17:10

Nos siga no

Ouvir Notícia

#Apoie



Há 45 anos, em 10 de fevereiro de 1980, o Partido dos Trabalhadores era fundado em São Paulo. Forjado a partir da mobilização da classe operária, o PT protagonizou a luta pela redemocratização nos anos 80 e se consolidou como principal força política da esquerda brasileira nas décadas seguintes, atraindo o apoio dos movimentos sociais, das organizações sindicais, dos intelectuais e da classe artística.

Respaldo pelo clamor popular pela mudança, o PT viabilizou a eleição histórica de Lula, o primeiro operário a presidir o país. Assegurou igualmente a eleição de Dilma Rousseff, a primeira mulher a governar o Brasil. O partido deu importantes contribuições para a melhoria das condições de vida da classe trabalhadora, mas enfrenta obstáculos advindos do conturbado cenário político e questionamentos sobre as transformações de suas bandeiras históricas.

**Carta Capital e GGN - possuem tags específicas no site oficial do Partido dos Trabalhadores, evidenciando ainda uma linha editorial alinhada às pautas defendidas pela legenda.**

**FILIE-SE AO PT** FILIAÇÃO.PT.ORG.BR

**RESULTADOS DA BUSCA POR: CARTA CAPITAL**

 <p>14/08/2024</p> <p><b>Em evento na CNI, Lula defende união nacional e integração sul-americana</b></p> <p>"O nosso futuro está aqui próximo de nós", afirmou o presidente, sobre parcerias na América do Sul, durante o encontro Diálogos Capitais, promovido pela revista...</p>	<div style="background-color: #f0f0f0; height: 100px; display: flex; align-items: center; justify-content: center;">  </div> <p>31/07/2020</p> <p><b>Tereza Campello: "É justo pegar o dinheiro do Brasil e dividir igual entre a filha do dono da Havan, o miserável, e a mãe de família?"</b></p> <p>PT propõe 'turbinar' o programa social brasileiro que é exemplo para o mundo. Mais Bolsa Família passaria a atender todas as famílias com renda mensal por pessoa de...</p>	<div style="background-color: #f0f0f0; height: 100px; display: flex; align-items: center; justify-content: center;">  </div> <p>25/06/2020</p> <p><b>Nós, LGBTQI+ espíritas, existimos, resistimos e merecemos respeito</b></p> <p>Ser LGBTQI+ não é resgate de vidas passadas coisíssima nenhuma. Isso é fala de alguém mal intencionado</p>	<div style="background-color: #f0f0f0; height: 100px; display: flex; align-items: center; justify-content: center;">  </div> <p>12/06/2020</p> <p><b>Dirceu: "O establishment quer uma transição por cima"</b></p> <p>Em entrevista a Mino Carta, o ex-ministro diz que é preciso fazer luta política, cultural, ideológica, para organizar o povo. E lembra: "Os que pedem frente democrática agora se..."</p>	 <p>19/05/2020</p> <p><b>Lula: "O povo precisa criar condições para votar impeachment"</b></p> <p>Em entrevista ao jornalista Mino Carta, diretor da 'Carta Capital', o ex-presidente da República avalia que Bolsonaro comete crime de responsabilidade ao...</p>
---	---	--	---	---



**FILIE-SE AO PT** FILIAÇÃO.PT.ORG.BR

**RESULTADOS DA BUSCA POR: GGN**



11/02/2025  
**Cozinha solidária: acusações que envolvem ONG são falsas, denuncia site GGN**  
 ONG acusada falsamente de roubar recursos para marmitas, presidida por ex-assessor do deputado Nilto Tatto (PT-SP), não recebeu nem um centavo de emendas do parlamentar...



08/02/2021  
**"Sergio Moro: A construção de um juiz acima da lei" estreia nesta segunda**  
 Nesta segunda-feira (8), a partir das 20h, em debate público no canal do GGN no Youtube, será lançado o documentário "Sergio Moro: A construção de um juiz acima..."



10/09/2020  
**Liberdade de imprensa e a politização da Justiça: as regras e o jogo**  
 A liberdade de imprensa conta com garantias legais e constitucionais. Nesse sentido, é no mínimo singular que a censura e coação emanem de ordens judiciais, sob as mais...

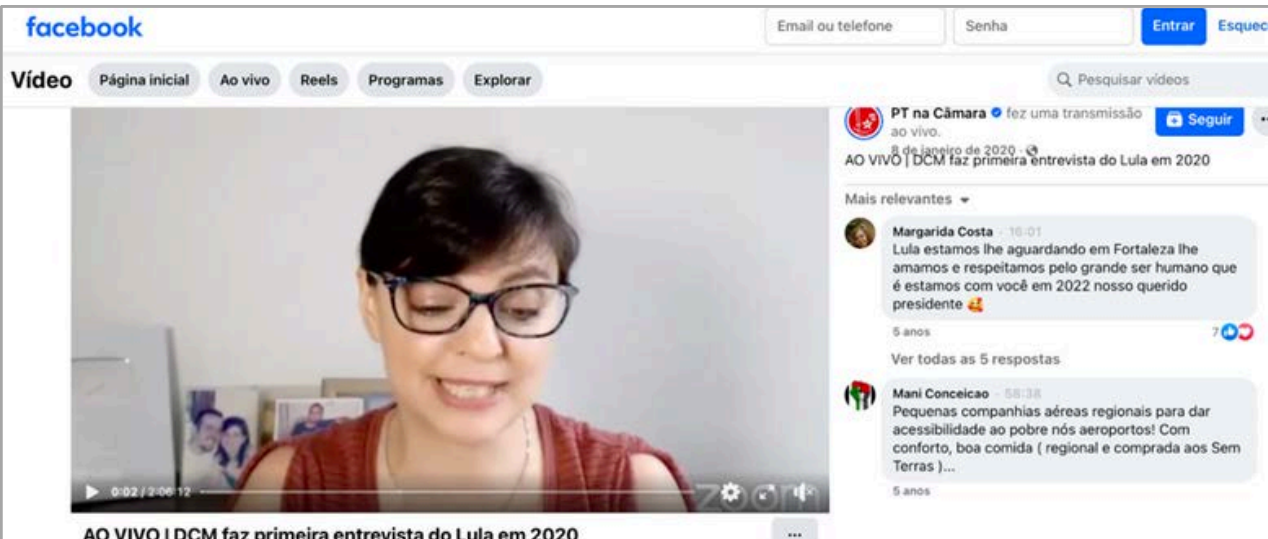


03/06/2020  
**Nassif: O pacto nacional, a Ponte para o Futuro e a resistência de Lula**  
 Veterano jornalista, editor do GGN, trata do debate que se abre em torno do futuro do país. "Para que o grande pacto se concretize, Rodrigo Maia precisaria dar provas robusta..."



29/02/2020  
**Entenda em 5 pontos como Sérgio Moro ameaça à democracia no Brasil**  
 Luis Nassif elencou os fatos que mostram que o ex-juiz "é a maior vocação autoritária que chegou ao Ministério da Justiça" e ainda criticou silêncio da grande imprensa

**DCM - tem conteúdos destacados na página do Facebook do PT na Câmara.**



The screenshot shows the Facebook interface for 'PT na Câmara'. A live video is playing, titled 'AO VIVO | DCM faz primeira entrevista do Lula em 2020'. The video shows a woman with glasses speaking. To the right, there are search filters and a list of relevant posts, including one by Margarida Costa about Lula's 2022 presidency and another by Mani Conceicao about regional airlines.

- É relevante observar que esses veículos também se beneficiam indiretamente de recursos da EBC, por meio de um convênio com a TVT, que, por sua vez, contrata programas e documentários de Opera Mundi, Brasil de Fato e Brasil 247. Em outras palavras, a chamada mídia "independente" alinhada ao PT é, ironicamente, sustentada com recursos públicos.

# TV 247 e TVT fazem parceria de conteúdo para fortalecer a mídia independente

Toda quarta-feira às 20h30, a TVT transmitirá entrevistas realizadas pela TV 247. A estreia será com a deputada e ex-ministra Maria do Rosário sobre o legado de Paulo Freire

08 de setembro de 2021, 19:57 h Atualizado em 08 de setembro de 2021, 20:30 h



- A alocação de recursos publicitários de estatais a veículos alinhados ao governo pode configurar desvio de finalidade e afronta aos princípios da impessoalidade, moralidade e transparência, previstos no artigo 37 da Constituição. Ao direcionar verbas públicas para meios que favorecem a gestão vigente, cria-se um desequilíbrio informacional que compromete a igualdade de condições no processo eleitoral. A ausência de critérios objetivos e a falta de publicidade nos valores pagos reforçam indícios de uso estratégico da comunicação estatal para fins político-eleitorais, caracterizando possível abuso de poder e violação ao dever de neutralidade da administração pública.

## Manifestações dos Senadores de Oposição



*Enquanto o brasileiro sofre com juros altos e dificuldades para obter crédito, BB e Caixa despejam dinheiro público em sites alinhados ao governo. Mais um absurdo bancado pelo seu bolso! O que deveria servir ao povo vira ferramenta de propaganda política. Chega de aparelhamento!*

**Senador Jorge Seif (PL/SC).**

*Mais uma série “UM GOVERNO QUE SE DISSOLVEU”... A última iniciativa “luminar” do desgoverno Lula foi decidir concretizar um gasto de R\$ 3,5 Bi em propaganda governamental. Não temos segurança... Não temos saúde... Não temos educação... Não temos projetos... Ahhh, mas temos uma bela máquina de autoelogios bancada pelo contribuinte que, em última análise, é o já sofrido povo brasileiro!*

**Senador Hamilton Mourão (Republicanos/RS).**



*Lula está em modo campanha, usando todo o poder e dinheiro da máquina pública para tentar se reeleger. Esses R\$ 3,5 bilhões são só a ponta da fatura da campanha eleitoral do Lula. Ele vai usar tudo o que puder e não puder para se agarrar a cadeira.*

**Senador Flávio Bolsonaro (PL/RJ).**

*Pelo visto, enquanto o brasileiro paga caro para sobreviver, o governo Lula gasta uma fortuna para tentar vender suas narrativas. R\$ 1 bilhão a mais em apenas dois anos. Isso é de fato comunicação ou campanha antecipada disfarçada? TCU já recebeu a denúncia e agora vai investigar.*

**Senador Marcos Rogério (PL/RO).**







## MEIO AMBIENTE

### Lula e Ibama: Um jogo de contradições e ideologias

*Lula se apresenta ao mundo como defensor do meio ambiente, mas dentro do Brasil desrespeita e interfere no Ibama atrás da liberação para a exploração de petróleo, revelando a hipocrisia de seu governo. Já o órgão age com seletividade ideológica e falta de transparência. O resultado é um país paralisado por disputas internas, onde nem o desenvolvimento sustentável nem a geração de riqueza avançam.*

A recente crise entre o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o Ibama revela um cenário de hipocrisia governamental e ativismo ideológico mascarado de regulação ambiental. Enquanto Lula tenta se posicionar internacionalmente como defensor do meio ambiente e promotor da sustentabilidade, dentro do Brasil ele pressiona abertamente e de forma indevida o órgão ambiental para liberar a exploração de petróleo na Margem Equatorial. Por outro lado, o Ibama, que deveria atuar com imparcialidade técnica, parece cada vez mais dominado por um viés político e ideológico, aplicando regras de maneira seletiva e dificultando investimentos estratégicos para o país.



## Lula: O ambientalista de fachada

O presidente Lula tem se empenhado em construir uma imagem de estadista ambientalista no exterior. Ele participou de eventos climáticos internacionais, como a COP-28, prometendo reduzir o desmatamento e posicionar o Brasil como líder na transição energética. No entanto, quando o tema envolve interesses político-partidários internos, **o discurso muda drasticamente.**

As [críticas de Lula ao Ibama](#), chamando o processo de licenciamento ambiental de "lenga-lenga" e insinuando que o órgão "atua contra o governo", evidenciam sua **contradição**. Se Lula realmente fosse um defensor intransigente do meio ambiente, ele apoiaria a "rigidez" do Ibama, mas sua insatisfação com o órgão revela que, para ele, as **diretrizes ambientais só valem quando não atrapalham seus interesses políticos.**

O que se vê é um presidente tentando conciliar **dois discursos incompatíveis**: um para agradar sua base progressista e a comunidade internacional, e outro para atender ao interesse da Petrobras e de setores interessados na exploração de petróleo. Essa postura oportunista expõe a hipocrisia de um governo que, na prática, ignora os próprios compromissos ambientais quando lhe convém.

## Ibama: Ativismo ideológico disfarçado de regulação

Se por um lado Lula se contradiz, por outro, o Ibama também tem sua parcela de culpa. O órgão deveria atuar com base em critérios técnicos, garantindo equilíbrio entre desenvolvimento econômico e proteção ambiental. No entanto, **sua atuação muitas vezes reflete mais um ativismo político do que uma regulação equilibrada, uma vez que alguns requisitos impostos pela agência transcendem as obrigações da requerente, enquanto novas exigências ainda não apareceram ao longo do percurso para se chegar ao licenciamento.** Claramente, há falta proposital de transparência no processo.

A negativa do Ibama à Petrobras para explorar petróleo na Margem Equatorial, sob a justificativa de riscos ambientais, levanta suspeitas de seletividade. A Petrobras argumenta que seguiu todas as exigências e que outros países exploram petróleo em áreas semelhantes, sem impedimentos tão rígidos. No entanto, o Ibama, sob influência de setores ambientalistas, adotou uma postura intransigente, sem apresentar uma alternativa viável para conciliar exploração e preservação.

Além disso, a falta de transparência nas decisões do órgão reforça a ideia de que há motivações políticas por trás de suas negativas. Ao barrar projetos estratégicos para o Brasil, o Ibama inviabiliza investimentos e impede o crescimento econômico em nome de uma agenda ideológica que, muitas vezes, ignora o próprio desenvolvimento sustentável que afirma defender.

## Ex-ministra critica contradição de Lula: “Discurso ambiental não pode ser diferente da prática”

Em mais uma demonstração de perda de apoio da ala ambientalista do governo, a ex-ministra do Meio Ambiente de 2010 a 2016, durante os governos de Lula e Dilma Rousseff, Izabella Teixeira ao conceder [entrevista](#) à BBC News Brasil destacou a importância de o governo brasileiro adotar uma postura coerente entre o discurso ambiental e as ações práticas, especialmente em relação à exploração de petróleo na Margem Equatorial.



*"Não podemos pregar sustentabilidade e agir de forma contrária aos princípios que defendemos. É fundamental que o governo seja consistente em suas políticas ambientais e não ceda a pressões que comprometam a integridade de nossos ecossistemas."*

**Izabella Teixeira, ex-ministra do meio ambiente.**

Ela enfatizou que, ao assumir compromissos internacionais de sustentabilidade, o Brasil deve alinhar suas políticas internas a esses compromissos, evitando contradições que possam comprometer sua credibilidade no cenário global.

## Conclusão: Um governo que se contradiz e um órgão que impõe obstáculos

O embate entre Lula e o Ibama evidencia um jogo de interesses que desmoraliza tanto o governo quanto seus órgãos de fiscalização. Lula quer se vender como um líder ambientalista, mas, quando enfrenta resistência às suas ambições políticas, ataca o próprio Ibama que deveria defender. O Ibama, por sua vez, demonstra seletividade e rigidez questionáveis, sugerindo que sua atuação não é isenta de ideologia.

O Brasil precisa de um governo coerente e de órgãos reguladores que atuem com previsibilidade, transparência e critérios técnicos sólidos. Nem



Lula nem o Ibama demonstram esse compromisso. O resultado é um país travado por disputas políticas internas, onde tanto o desenvolvimento econômico quanto a proteção ambiental se tornam reféns de discursos inconsistentes e agendas ocultas.

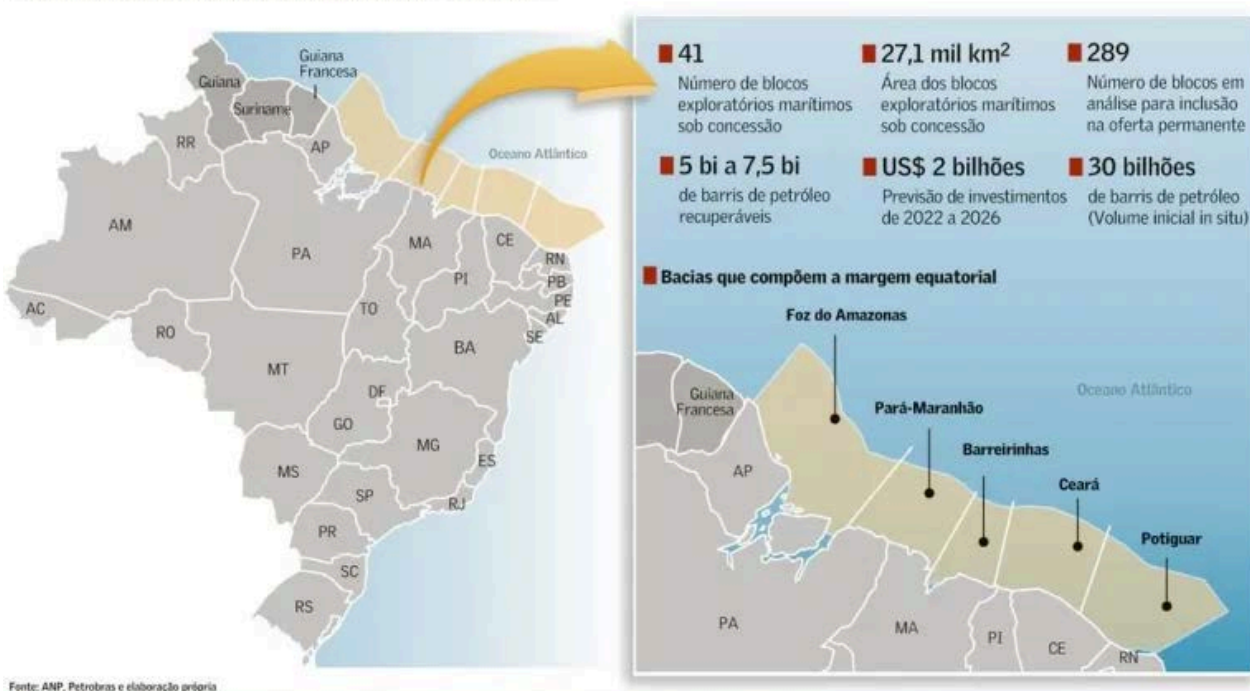
## Contexto

### Margem Equatorial pode injetar bilhões na economia e gerar milhares de empregos no Brasil

A Margem Equatorial brasileira desponta como uma das grandes apostas do setor energético nacional, com potencial para **transformar o Brasil em um dos maiores produtores de petróleo offshore do mundo**. A região, que se estende por **2.200 km** ao longo da costa entre o Amapá e o Rio Grande do Norte, abriga cinco bacias sedimentares ricas em hidrocarbonetos e pode movimentar **bilhões de dólares** na economia nacional.

#### Raio X da Margem Equatorial

Região é a próxima aposta para exploração de óleo e gás no país



Fonte: [Valor Econômico](#).

## Reservas bilionárias e impacto na balança comercial

A relevância econômica da Margem Equatorial é reforçada pelos sucessivos achados de petróleo em países vizinhos. Na Guiana, o campo de Stabroek já provou reservas de mais de **11 bilhões de barris de petróleo**, atraindo investimentos de gigantes do setor. Caso o Brasil confirme reservas semelhantes, a produção da Margem Equatorial poderia **impulsionar as exportações de petróleo**, reduzindo a dependência de importação de combustíveis e aumentando a competitividade do país no mercado global.

Estimativas iniciais indicam que a exploração da Margem Equatorial poderia adicionar **até 1 milhão de barris por dia** à produção nacional, tornando essa fronteira energética essencial para garantir segurança energética e geração de divisas para o Brasil.

## Geração de empregos e arrecadação

A indústria de petróleo e gás é um dos setores que mais movimentam a economia, e a exploração da Margem Equatorial tem potencial para **gerar milhares de empregos diretos e indiretos**. Estudos indicam que a fase de exploração e produção pode empregar mais de **50 mil trabalhadores**, beneficiando setores como engenharia, construção naval, logística e serviços offshore.

Além disso, os royalties e impostos gerados pela atividade podem ser **uma fonte bilionária de arrecadação para estados e municípios**. Projeções sugerem que, se a exploração atingir seu potencial máximo, os governos locais poderiam arrecadar até **R\$ 100 bilhões em royalties e participações especiais** ao longo das próximas décadas, fortalecendo áreas como infraestrutura, educação e saúde.



# Contratação de Organização Internacional para a COP30: Conflito com Diretrizes do TCU e Riscos de Irregularidades

*O governo transforma a COP30 em um grande negócio com a OEI, desconsiderando a posição reiterada do TCU de que cooperação internacional não deve servir para contratar serviços comuns.*

## Contextualização

O governo brasileiro firmou um **contrato de R\$ 478,3 milhões com a OEI** (Organização dos Estados Ibero-Americanos) para a organização da COP30, conferência da ONU sobre mudanças climáticas, que será realizada em 2025, em Belém (PA). O acordo, assinado em dezembro de 2024 e válido até junho de 2026, não passou por processo licitatório, pois a OEI é uma organização internacional.





- A Secretaria Extraordinária para a COP30, vinculada à Casa Civil, afirmou que a gestão financeira do evento cabe ao Brasil, enquanto a OEI prestará apoio em planejamento e logística. A organização internacional declarou que sua atuação inclui cooperação administrativa, organizacional, cultural, educacional e científica.
- A OEI é uma organização internacional que promove a cooperação entre países ibero-americanos nas áreas de educação, ciência, cultura e desenvolvimento social, realizando projetos, pesquisas e eventos para fortalecer políticas públicas e reduzir desigualdades.

## Análise

### Predileção de Lula pela OEI

- Primeiramente, chama atenção o aumento expressivo de contratos com OEI durante os governos de Lula, demonstrando certa predileção do mandatário pelos serviços da entidade, em patamar que destoa de seus pares, incluindo, a representante de seu próprio partido, Dilma Rousseff.
- Os primeiros contratos da OEI incluem projetos em educação, pesca e gestão pública, como conversão de dívida externa em educação, programas bilíngues, e fortalecimento de políticas educacionais e movimentos sociais.

Governo	Valor Contratado
Lula I	R\$ 2.908.450,51
<b><u>Lula II</u></b>	<b><u>R\$ 129.635.535,17</u></b>
Dilma I	R\$ 41.024.165,44
Dilma II	R\$ 3.610.500,00
Temer	R\$ 49.227.031,04
Bolsonaro	R\$ 38.127.089,94
<b><u>Lula III</u></b>	<b><u>R\$ 515.472.602,69</u></b>

**Fonte:** Portal da Transparência.

- No terceiro mandato, os contratos firmados com a OEI incluem ações de fortalecimento institucional e qualificação de programas governamentais, desenvolvimento de planejamento estratégico, organização e realização da COP30, além da cooperação para estudos e pesquisas voltados à formulação de políticas públicas.

### **Proximidade entre figuras do governo e a direção da OEI**

- Em dezembro de 2024, o governo federal firmou um contrato multimilionário com a OEI para a organização da COP30, válido até junho de 2026, com a presença de Valter Correia e Rodrigo Rossi.
- **Rossi assumiu a direção da OEI no Brasil em julho de 2024, substituindo Leonardo Barchini, que foi nomeado secretário-executivo do Ministério da Educação (MEC).**
- Desde então, um número significativo de contratos foi firmado com a OEI. Entre os acordos estabelecidos no segundo semestre de 2024, destacam-se valores expressivos, como os R\$ 35 milhões destinados ao MEC, além de outros contratos com a Secretaria de Micro e Pequena Empresas, a Presidência da República e a Secretaria de Comunicação, variando entre R\$ 8,1 milhões e R\$ 15,7 milhões.
- Outro ponto a ser considerado é a proximidade entre dirigentes da OEI e a primeira-dama, Janja Lula da Silva. Janja foi convidada pelo secretário-geral da OEA, **Mariano Jabonero**, para coordenar a **Rede de Inclusão e Combate à Desigualdade da OEI**, com foco em combater desigualdades socioeconômicas e promover boas práticas em educação, cultura, equidade de gênero e igualdade racial entre os países membros



*"Muito contente em aceitar o convite para coordenar a Rede de Inclusão e Combate à Desigualdade da Organização dos Estados Ibero-americanos, a OEI. A rede está sendo criada para trabalhar transversalmente questões como a inclusão e o combate à desigualdade na Educação, Cultura e Direitos Humanos nos países membros".*

**Janja, durante visita à Madrid, Espanha ([Uol](#)).**

- Em 17 de janeiro de 2024, **a assessoria de Janja consultou a Controladoria-Geral da União (CGU) sobre sua função na OEI**, questionando se poderia ser acompanhada por sua equipe nas viagens, já que não possui cargo oficial no governo. **A CGU identificou um**

**possível conflito de interesse devido ao poder de influência da primeira-dama sobre ministérios e recomendou que o contrato com a OEI não fosse assinado.** Temendo contrariá-la, a CGU levou a questão diretamente a Lula, que decidiu cancelar o contrato e deixar o assunto de lado.

- Não obstante, convém frisar que [a atuação do governo favoreceu a entidade com o decreto para a realização do encontro do G20 e do show "Aliança Global contra a Fome e a Pobreza", que também ficou conhecido como "Janjapalooza".](#)
- Em março de 2024, o [Decreto nº 11.941/2024](#) do presidente Lula aumentou para 10% o limite da taxa de administração que pode ser paga a organismos internacionais em contratos com o governo, dobrando o teto anterior de 5%, estabelecido por ele mesmo em 2004. Seis meses após, a OEI se beneficiou da mudança ao assinar um contrato com o governo para eventos do G20, incluindo o "Janjapalooza".
- A taxa de administração, que recai sobre os custos do contrato, gerou preocupações em tribunais de contas devido ao risco de superestimação dos custos para aumentar a remuneração. O decreto também permitiu repasses diretos a entidades como a OEI para eventos de natureza comum, como o Festival Aliança Global.

### ***Diferenças entre a organização da COP30 e da Rio+20 (2012)***

- [A Rio+20, maior evento da história da ONU, contou com cerca de 45,4 mil participantes](#), incluindo delegações de países, ONGs, sociedade civil e imprensa. A conferência gerou enorme mobilização, com mais de 50 milhões de acessos ao site e 1 bilhão de menções no Twitter.
- Durante o evento, quase 700 compromissos voluntários foram assumidos, incluindo investimentos significativos em transporte sustentável e energia. Os Diálogos Sustentáveis, com ampla participação da sociedade civil, geraram 30 sugestões que foram encaminhadas aos líderes políticos, refletindo o crescente interesse e conscientização sobre o desenvolvimento sustentável.
- Para o evento foi estabelecido um acordo específico, promulgado no [Decreto 7.739/2012](#). Os termos do acordo foram ratificados pelo Congresso Nacional, sendo aprovado pelo [Senado Federal no PDS 124/12](#). Em suma, houve ampla aceitação dos termos atinentes à organização do evento pelo Poder Executivo e pelo Poder Legislativo.



- Em contraste, a situação da COP 30 fundamenta-se em um **acordo não-específico aprovado pelo Decreto 8.289/2014**. O Poder Executivo deliberou por um acordo que dispensa o processo licitatório, sem disponibilizar os documentos que embasaram a decisão, não propiciando juízo da “manifesta vantajosidade” exigida para o caso.

*"Art. 75. É dispensável a licitação: [...] IV – para contratação que tenha por objeto: [...] b) bens, serviços, alienações ou obras, **nos termos de acordo internacional específico aprovado pelo Congresso Nacional**, quando as condições ofertadas forem manifestamente vantajosas para a Administração;"*

**Lei 14.133/2021**

**"O acordo deve ser aprovado pelo Congresso Nacional, adquirindo assim, no mínimo, o status de lei ordinária. Ademais, as condições ofertadas devem ser manifestamente vantajosas para a Administração".**

**Manual de Licitações e Contratos do TCU**, 5.10.2.4. Contratações com base em acordo internacional (inciso IV, alínea “b”).

- Essencialmente, o governo contratou organização internacional para **a execução de serviços comuns**, a saber "ações administrativas, organizacionais, culturais, educacionais, científicas e técnico-operacionais".

**SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA PARA A COP30**

**EXTRATO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL**

PROJETO DE COOPERAÇÃO COM ORGANISMO INTERNACIONAL  
 PROCESSO Nº 00020.000997/2024-45. Espécie: Projeto de Cooperação com Organismo Internacional que entre si celebram a União, por intermédio da Secretaria Extraordinária para a COP30 e a Organização de Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI). Partícipes: A UNIÃO, por intermédio da Secretaria Extraordinária para a COP30, inscrita no CNPJ/MF nº 00.394.411/0001-09 e a Organização de Estados Ibero-americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI), CNPJ nº 06.262.080/0001-30. Objeto: cooperação entre as partes visando a preparação, organização e realização da 30ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas (COP30), incluindo a realização de ações administrativas, organizacionais, culturais, educacionais, científicas e técnico-operacionais, em conformidade com o plano de trabalho, consubstanciado no instrumento. Valor: **R\$ 478.345.805,33** (quatrocentos e setenta e oito milhões, trezentos e quarenta e cinco mil, oitocentos e cinco reais e trinta e três centavos). Vigência: Até 30 de junho de 2026. Data da assinatura: 18/12/2024. Signatários: Secretário Extraordinário para a COP30 da Casa Civil da Presidência da República, Valter Correia da Silva e o Diretor e Chefe da Representação da Organização de Estados Ibero-americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura no Brasil, Rodrigo Rossi.

- O atalho indevido criado pelo governo ao contratar diretamente uma organização internacional para a execução de serviços comuns, sem observar os requisitos da Lei nº 14.133/2021, afronta os princípios da legalidade, eficiência e isonomia previstos no art. 37 da Constituição.
- A dispensa ou inexigibilidade de licitação exige justificativa fundamentada e demonstração inequívoca de vantagem para a Administração (arts. 75 e 76), assegurando economicidade e transparência. Ao negligenciar essas exigências, compromete-se a competitividade e a publicidade, pilares essenciais da boa gestão dos recursos públicos.

### **Contrato afronta Acórdãos do TCU sobre o tema das contratações de Organizações Internacionais para prestação de Serviços Comuns**

- O Tribunal de Contas da União (TCU), por meio de seus acórdãos, tem se posicionado contra a utilização de recursos públicos para a contratação de bens e serviços de natureza comum em projetos de cooperação técnica internacional, especialmente quando estes serviços podem ser adquiridos diretamente no mercado.
- Nos acórdãos 1339/2009, 1256/2010 e 1336/2016, o TCU destaca que a cooperação internacional deve se limitar à assistência técnica efetiva e a atividades que envolvam a transferência de conhecimento, **sendo vedado que organismos internacionais realizem atividades meramente administrativas ou a contratação de bens e serviços rotineiros, como organização de shows, tarefas administrativas e aquisição de equipamentos e softwares comuns.**
- Tais contratações devem ser feitas diretamente pela administração pública, por meio de mecanismos institucionais próprios, assegurando que os acordos de cooperação sigam as diretrizes estabelecidas e que a responsabilidade sobre a execução das atividades e contratação de bens e serviços seja atribuída corretamente às instituições nacionais.

#### **“ACÓRDÃO 1339/2009 - PLENÁRIO**

*Sumário: Representação. Estudo dos parâmetros utilizados em acordos de cooperação técnica internacional, financiados exclusivamente com recursos nacionais. Identificação de Acordos de Cooperação Internacional destinados ao exercício de atividades meramente administrativas [...]*

9.2.1. os acordos básicos de cooperação técnica internacional prestada ao Brasil não autorizam que a contraparte externa efetue, no interesse da Administração demandante, o desempenho de atribuições próprias dos órgãos públicos, nas quais não haverá transferência de conhecimento por parte do organismo internacional executor ou em que a assessoria técnica de um ente externo é dispensável, por se tratar de temas e práticas já de domínio público, demandados rotineiramente pela Administração, a exemplo da contratação de bens e serviços de natureza comum, usualmente disponíveis no mercado;

9.2.2. ainda que o projeto de cooperação internacional contemple, em sua globalidade, tanto atividades de efetiva assistência técnica como ações complementares, de caráter instrumental, apenas aquelas podem ser assumidas pelo organismo internacional cooperante, devendo as de caráter ordinário ser integradas ao projeto pela Administração Pública, valendo-se dos mecanismos institucionais próprios do regime jurídico administrativo."

### **"ACÓRDÃO 1256/2010 - PLENÁRIO**

#### SUMÁRIO:

Representação. Estudo dos parâmetros utilizados em acordos de cooperação técnica internacional, financiados exclusivamente com recursos nacionais. Identificação de Acordos de Cooperação Internacional destinados ao exercício de atividades meramente administrativas. Determinações. Considerações. PEDIDO DE REEXAME. CONHECIMENTO. PROCEDÊNCIA DE PARTE DOS ARGUMENTOS. PROVIMENTO PARCIAL. Dá-se provimento parcial a peça recursal, alterando-se parte da deliberação recorrida, quando o recorrente traz aos autos elementos suficientes para a modificação do juízo formado por esta Corte.

20. Sobre isso, em que pese reconhecer a importância dos projetos de cooperação técnica internacional para o desenvolvimento do país, o fato é que a implementação desses projetos não pode dar-se sem que haja observância das diretrizes gerais previamente estabelecidas nos acordos básicos de cooperação a que se vinculam, no presente caso o celebrado com a ONU e suas agências especializadas, o qual não autoriza a Administração a delegar a entes externos a contratação de bens e serviços de natureza comum".



SUMÁRIO

REPRESENTAÇÃO. SUPOSTO DESRESPEITO AO ACÓRDÃO 699/2007-TCU-PLENÁRIO PELA AGÊNCIA REGULADORA. AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E SOFTWARES COMUNS EM REVISÃO DE PROJETO DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL. INVIABILIDADE. DETERMINAÇÃO PARA SUSPENSÃO DA AQUISIÇÃO. OUTRAS REVISÕES COM ATIVIDADES PERTINENTES AOS OBJETIVOS DO PROJETO. VIABILIDADE. ARQUIVAMENTO.

3.6. Deve-se evitar a contratação de bens e serviços de natureza comum, usualmente disponíveis no mercado. Cabe às instituições executoras nacionais fornecer os recursos humanos e materiais de caráter instrumental necessários à execução dos projetos de cooperação técnica."

## Manifestações dos Senadores de Oposição:



*COP esvaziada e superfaturada!*

**Senador [Márcio Bittar \(União/SP\)](#).**

*Foi firmado um contrato de R\$ 478 milhões para a organização da COP-30 sem licitação com a Organização dos Estados Ibero Americanos para Educação, a Ciência e a Cultura (OEI). Será que obedeceram a todos os trâmites legais? Será que nenhuma empresa brasileira tem condições de prestar o mesmo serviço? Será que houve ao menos consulta de preços para ver se o serviço ficaria mais barato com outra entidade? Será que não há conflito de interesses, já que o atual secretário executivo do MEC já foi presidente da OIE? Há muitas perguntas a serem respondidas pelo ministro da Casa Civil.*



**Senadora [Damares Alves \(Republicanos/DF\)](#).**



*Um contrato de R\$ 478 milhões para organizar a COP30 foi assinado por ninguém menos que um ex-prespo da Lava Jato. Sem licitação, sem transparência e cheio de questionamentos. A mesma OEI que recebeu esse valor absurdo já fechou outros contratos milionários com o governo Lula nos últimos meses. A oposição já acionou o TCU para investigar.*

**Senador [Marcos Rogério \(PL/RO\)](#).**

5

AGRO

## Lula reforça aliança com ditadura de Maduro em acordo agroalimentar sem garantias para o Brasil

*O governo insiste em reforçar alianças com regimes autoritários, firmando acordos agroalimentares sem garantias reais para o Brasil e favorecendo interesses ideológicos em detrimento das necessidades do setor produtivo. Enquanto a população enfrenta inflação e insegurança alimentar, Lula prioriza pactos simbólicos com Maduro, ignorando a crise venezuelana e os impactos dessa política externa desastrosa para o país.*

### Contexto

O memorando é mais um passo do Acordo de Cooperação Técnica em Agricultura entre o Brasil e a Venezuela, firmado em 2023, resultado de [uma série de iniciativas de reaproximação diplomática e econômica entre os dois países](#) marcado pelo início do governo Lula.



Após um período de distanciamento durante o governo de Jair Bolsonaro, que reconheceu o líder oposicionista Juan Guaidó como presidente interino da Venezuela e rompeu relações com o governo de Nicolás Maduro, a posse de Lula em janeiro de 2023 marcou o início de um processo de restabelecimento dos laços bilaterais.

Logo no início de seu mandato, o governo brasileiro reabriu sua embaixada em Caracas e retomou o diálogo diplomático com as autoridades venezuelanas. Em maio de 2023, o presidente Nicolás Maduro realizou uma visita oficial a Brasília, durante a qual foram assinados diversos acordos de cooperação, incluindo o Memorando de Entendimento em Matéria Agroalimentar.

## Análise

O governo do presidente Lula aprofundou sua controversa aproximação com o regime de Nicolás Maduro ao assinar, em 12 de março de 2025, um [Memorando de Entendimento com a Venezuela na área agroalimentar](#). O acordo, que prevê cooperação em agricultura, pecuária e segurança alimentar, levanta questionamentos sobre os reais benefícios para o Brasil e reforça as críticas sobre a orientação ideológica da política externa do governo petista.

O documento estabelece ações conjuntas para o desenvolvimento da produção familiar e urbana, monitoramento agrícola, controle de pragas e até um programa binacional para a fronteira amazônica. No entanto, o memorando não prevê mecanismos concretos de financiamento, tornando-se mais uma peça retórica do que um compromisso efetivo.

**A maior preocupação, contudo, está na escolha do parceiro. A Venezuela enfrenta uma grave crise econômica e humanitária, com o colapso de sua produção agrícola e o êxodo de milhões de cidadãos em busca de condições básicas de sobrevivência. O governo Lula, ao invés de priorizar a recuperação da agricultura familiar brasileira, opta por um pacto simbólico que fortalece Maduro no cenário internacional.**

Além disso, o acordo reforça o alinhamento do Brasil a regimes autoritários da América Latina, afastando-se de democracias ocidentais e de parceiros comerciais estratégicos. A decisão também contrasta com os desafios internos enfrentados pelo país, como a escalada da inflação dos alimentos e a necessidade de políticas mais robustas para garantir a segurança alimentar dos brasileiros.



## Conclusão

O memorando é mais um reflexo da guinada ideológica da política externa brasileira sob Lula, que desde o início de seu mandato tem buscado reconstruir relações com governos alinhados à esquerda latino-americana, independentemente de suas credenciais democráticas. Certamente, esse alinhamento não trará frutos concretos para o Brasil e se confirmará como apenas mais um gesto político sem impactos reais positivos para a população.

---

### Maduro cede terras expropriadas ao MST em aliança ideológica com Lula, enquanto Venezuela mergulha no caos

O ditador venezuelano Nicolás Maduro [anunciou](#) a entrega de mais de **180 mil hectares de terras expropriadas ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) do Brasil**, em uma manobra que escancara o uso da política agrária como instrumento ideológico e de propaganda. A decisão, que ocorre em meio à ruína do setor agrícola venezuelano e à persistente crise humanitária, levanta sérios questionamentos sobre as verdadeiras intenções do regime chavista e do governo Lula.

As terras em questão foram confiscadas pelo chavismo na década de 2000, durante o processo de **estatização forçada que destruiu a produção agrícola da Venezuela e agravou a escassez de alimentos no país**. Agora, em um movimento que parece mais um agrado ao aliado brasileiro do que um esforço real para recuperar o setor agropecuário, Maduro transfere essas propriedades ao MST, um movimento historicamente alinhado ao Partido dos Trabalhadores (PT) e beneficiado por políticas do governo Lula.

O projeto, chamado de “Pátria Grande do Sul”, promete produção agroecológica voltada ao abastecimento da Venezuela e do norte do Brasil. **No entanto, diante do colapso do sistema produtivo venezuelano, da falta de infraestrutura e da instabilidade política, as chances de sucesso são mínimas.** A Venezuela, que já foi um grande produtor agrícola, hoje depende da importação de alimentos, enquanto milhões de seus cidadãos fogem do país por falta de condições mínimas de vida.

A entrega das terras ao MST reforça a politização da reforma agrária,

desviando-se de soluções reais para os problemas da agricultura tanto na Venezuela quanto no Brasil. Em vez de buscar estratégias para fortalecer os produtores locais e recuperar sua economia agrícola, Maduro aposta na concessão de terras expropriadas a um movimento estrangeiro com forte viés ideológico. A questão central permanece: **essa ação visa realmente a produção de alimentos ou apenas o fortalecimento de uma aliança política entre Lula e Maduro?**

Enquanto o governo brasileiro mantém um silêncio conveniente sobre os impactos dessa parceria, os agricultores venezuelanos seguem sem recursos, e a população continua a sofrer com a fome e o desemprego. O MST, por sua vez, ganha um novo território para expandir sua atuação política, sem qualquer garantia de que conseguirá transformar essas terras improdutivas em um modelo de sucesso agrícola. No fim, a aliança Lula-Maduro segue priorizando agendas ideológicas em detrimento de soluções concretas para os desafios reais da América Latina.

## Governo Lula destina R\$ 750 milhões ao MST, incentivando invasões de terras e premiando ilegalidades

Em uma decisão controversa, o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva propôs a **destinação de R\$ 750 milhões do Orçamento de 2025** para ações relacionadas ao MST. A medida ocorre em meio a uma **escalada de invasões de propriedades rurais** promovidas pelo movimento em diversas regiões do país, levantando críticas sobre o incentivo a práticas ilegais e a desestabilização do setor agropecuário.

O Ministério do Planejamento **anunciou** que os recursos serão direcionados para a aquisição de alimentos da agricultura familiar e para o Fundo de Terras e da Reforma Agrária, beneficiando diretamente o MST. A proposta será submetida à votação no Congresso Nacional em 18 de março.

Paralelamente, **o MST intensificou suas ações**, realizando invasões e protestos em todas as regiões do país. As ações incluem invasões de terras na Bahia, Ceará e Espírito Santo, além de manifestações em 23 estados e no Distrito Federal.

A alocação de recursos públicos para o MST, especialmente em um momento de intensificação das invasões, é vista como mais um estímulo à ilegalidade e uma **afrenta ao direito de propriedade**.

"Não bastassem os recursos bilionários do Orçamento da União destinados ao MST, o governo Lula 3 publicou esta semana no Diário Oficial da União um memorando de cooperação agrícola com a ditadura da Venezuela. Ato contínuo, Maduro "doou" 180 mil hectares expropriados para o MST. E tudo isso antes de começarem as ameaças no campo e as invasões ilegais de terra do "Abril Vermelho"! O crime compensa, é isso? Vamos agir no @SenadoFederal para impedir que Lula 3 faça acordos com a ditadura venezuelana e favoreça o MST - em desfavor de toda a agropecuária brasileira."

**Sen. Tereza Cristina, no X.**





# 6 CULTURA

## PT transforma comitês de cultura em palanques eleitorais com dinheiro público

*O escandaloso uso do aparato dos comitês de cultura para ações de interesse exclusivo do Partido dos Trabalhadores (PT) no apoio à campanha eleitoral de seus membros.*

Áudio da Secretária Nacional de Mulheres do Partido dos Trabalhadores, Anne Moura, revela uso político do Programa Nacional de Comitês de Cultura – PNCC para beneficiar candidatos a cargos políticos do partido.

O programa com orçamento de R\$58,8 milhões, segundo edital lançado em setembro de 2023, para projetos de 24 meses (2023/2024), tem sido usado pelo PT para sustentar campanha eleitoral de seus membros, segundo notícia do [Estadão/Política](#).



Anne Moura chegou a concorrer ao cargo de vereadora de Manaus, com apoio direto de um dos dirigentes do Instituto de Articulação de Juventude da Amazônia (Iaja), instituição selecionada para coordenar o comitê estadual. O dirigente, Ruan Octávio da Silva Rodrigues (PT), posteriormente, passou a coordenador do escritório do ministério no Amazonas, na função comissionada.

Ainda em 2024, houve denúncias de **“ação entre amigos”, como afirmou o editorial de opinião do jornal O Estado de S. Paulo**, diante do resultado da seleção de ONGs para compor os comitês de cultura estaduais que “democraticamente” são vinculadas a assessores do Ministério da Cultura e militantes do PT.

**Notícia do Estadão, também por Vinícius Valfré, veiculada em outubro de 2024, já havia revelado que o lançamento do PNCC no Paraná, estado da ministra Gleisi Hoffmann, havia sido transformado “em plataforma político-eleitoral para lançamento da pré-candidatura de João Paulo Nehl à vereança de Curitiba pelo PT”**, contanto inclusive com a presença da ministra Margareth Menezes no evento institucional transformado em comício. Nehl dirigia a ONG Soylocoporti, selecionada pelo comitê de cultura local.

Cerca de 26% do valor previsto no edital já foram repassados entre dezembro de 2023 e julho de 2024, próximo ao início das campanhas eleitorais.

Segundo áudio revelado pela reportagem, a secretária nacional da mulher deixa clara a interferência política sobre os comitês ao revelar conversa com a secretária do MinC que cuida do PNCC, Roberta Martins, do PT do Rio de Janeiro. Afirmando que Roberta mostrou os mapas dos comitês dizendo:



*“Os comitês, aqui, ó, no Brasil todo, tão articulados com nosso povo. Isso aqui foi uma estratégia organizada com o presidente Lula. A principal pauta que a gente levantou, através da própria Janja... por isso que o Márcio é executivo do ministério, e é inaceitável que isso esteja acontecendo”.*

**Estadão**

Diante do escancarado uso de recursos públicos atrelados ao programa do governo federal, o Senador Rogério Marinho (PL-RN) [acionou a PGR e o TCU contra o PT](#) alegando a utilização de recursos do PNCC para favorecimento de aliados do partido nas eleições municipais.

Criados em setembro de 2023, os comitês de cultura são tratados como uma das principais iniciativas do MinC, tendo sido anunciada por Lula ainda na pré-campanha de 2022. Segundo normativo, o Programa Nacional dos Comitês de Cultura (PNCC) teria por objetivo ampliar o acesso às políticas públicas de cultura, visando a articulação territorial para a realização de ações de mobilização social.

De acordo com a [Portaria MINC nº 64, de 28 de setembro de 2023](#), os Comitês de Cultura deveriam ser redes de agentes, coletivos e instituições, articuladas por organizações da sociedade civil que desenvolvem atividades de mobilização social, formação em direitos e políticas culturais, apoio à elaboração de projetos e parcerias, comunicação social e difusão de informações sobre políticas culturais, no âmbito do PNCC.

Essas organizações da sociedade civil deveriam ser selecionadas por meio de editais e mediante parcerias com o Ministério da Cultura, de modo a garantir a pluralidade de expressões artísticas da sociedade. No entanto, o governo Lula optou por fazer uso de mecanismos de disseminação e fomento da cultura para fins de aparelhamento do PT e beneficiamento de políticos do partido.

